

# O CAMPO TEÓRICO- METODOLÓGICO- EPISTEMOLÓGICO DA EDUCAÇÃO

**Atena**  
Editora  
Ano 2021

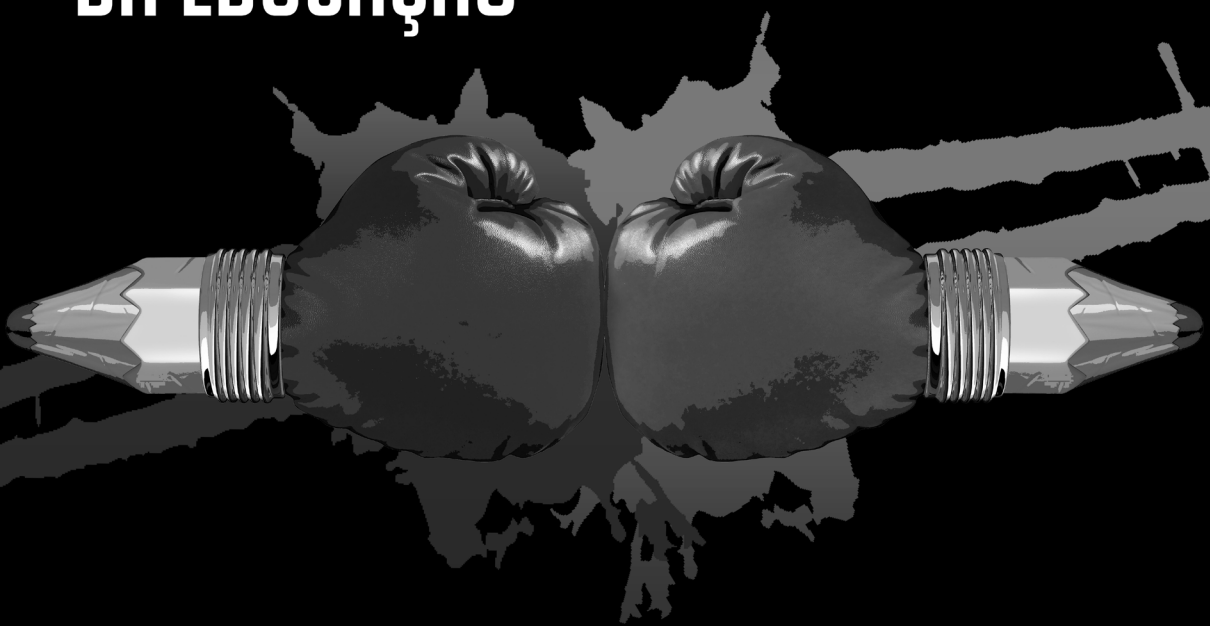


**Américo Junior Nunes da Silva**  
(Organizador)

**NO FOMENTO DA  
QUESTÃO POLÍTICA  
DA ATUALIDADE 3**

# O CAMPO TEÓRICO- METODOLÓGICO- EPISTEMOLÓGICO DA EDUCAÇÃO

**Atena**  
Editora  
Ano 2021



**Américo Junior Nunes da Silva**  
(Organizador)

**NO FOMENTO DA  
QUESTÃO POLÍTICA  
DA ATUALIDADE 3**

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista



## O campo teórico-metodológico-epistemológico da educação no fomento da questão política da atualidade 3

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Camila Alves de Cremona  
**Correção:** Giovanna Sandrini de Azevedo  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizador:** Américo Junior Nunes da Silva

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C198 O campo teórico-metodológico-epistemológico da educação no fomento da questão política da atualidade 3 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-930-1

DOI 10.22533/at.ed.301212503

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

Temos vivenciado, ao longo dos últimos anos, inúmeros ataques a Educação brasileira; investidas que têm ocasionado retrocessos. O contexto pandêmico alimentou essa crise que já existia, escancarando o quanto a Educação no Brasil acaba sendo uma reprodutora de desigualdades. As interferências externas e investidas do mercado tentam, a todo custo, subordinar a Educação e atividade docente a uma lógica neoliberal de produção (TARDIF; LESSARD, 2005). Nesse sentido, precisamos nos mobilizar e a **indignação e esperança** configuram-se como duas categorias importantes nesse processo.

Diante desse cenário, como dissemos, de muitos retrocessos, negacionismo e investidas neoliberais, não podemos nos furtar do debate político e social, tão importante nesse momento que vivemos destrato a Educação, sucateamento do trabalho docente e exclusão de estudantes, por exemplo. Como nos alertou Freire (2004, p. 28), para além de ensinar com rigorosidade metódica a sua disciplina, “o educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão”. Precisamos considerar esses elementos sociais e políticos necessários no movimento de formar cidadãos indignados e esperançosos que desconstruam os discursos fatalistas.

É nessa direção que o volume de “**O Campo Teórico-metodológico-epistemológico da Educação no Fomento da Questão Política da Atualidade**”, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e do (re)pensar o campo educacional, assim como também da prática, da atuação política e do papel social do docente. Este livro reúne um conjunto de textos de autores de diferentes estados e regiões e que tem na Educação sua temática central, perpassando por questões de gestão escolar, inclusão, democracia, humanização, gênero, tecnologias, sexualidade, ensino e aprendizagem, formação de professores, profissionalismo e profissionalidade, ludicidade, educação para a cidadania, avaliação entre outros. O fazer educacional, que reverbera nas escritas dos capítulos que compõe essa obra, constitui-se enquanto um ato social e político.

Os autores que constroem esse volume são estudantes, professores pesquisadores, especialistas, mestres ou doutores e que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores e discussões por eles empreendidas, mobilizam-se também os leitores e os incentivam a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e no se reconhecerem enquanto sujeitos políticos. Nessa direção, portanto, desejamos a todos uma produtiva, indignante e esperançosa leitura!

## **REFERÊNCIAS**

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

#### EDUCAÇÃO E POLÍTICA: DELINEAMENTOS TEÓRICO-IDEOLÓGICOS

Elis Regina dos Santos Viegas

Cristina Fátima Pires Ávila Santana

**DOI 10.22533/at.ed.3012125031**

### **CAPÍTULO 2..... 10**

#### A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: UMA POLÍTICA DE INCLUSÃO

Taissa Vieira Lozano Burci

Ana Paula de Souza Santos

Dayane Horwat Imbriani de Oliveira

Patrícia L. L. Mertzig Gonçalves de Oliveira

**DOI 10.22533/at.ed.3012125032**

### **CAPÍTULO 3..... 15**

#### A QUESTÃO DA ALFABETIZAÇÃO E DO ALFABETISMO NO BRASIL ATUAL: CONCEITO, AVALIAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Jaklane Nunes Rabelo

**DOI 10.22533/at.ed.3012125033**

### **CAPÍTULO 4..... 28**

#### NARRATIVA E (AUTO)FORMAÇÃO DE EDUCADORES: EXPERIÊNCIAS LUSO-BRASILEIRAS

Lidnei Ventura

Betina da Silva Lopes

**DOI 10.22533/at.ed.3012125034**

### **CAPÍTULO 5..... 41**

#### ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO: A IMPORTÂNCIA ENTRE A RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA PEDAGÓGICA ANTES E DURANTE A PANDEMIA DA COVID 19

Maria Tereza Fabbro

Silvana Rodrigues

Luís Presley Serejo dos Santos

**DOI 10.22533/at.ed.3012125035**

### **CAPÍTULO 6..... 51**

#### A COMPREENSÃO SOBRE “SABERES” E SUA PERTINÊNCIA ENQUANTO DESCRITORES DE APRENDIZAGEM PARA O CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Adauto Leite Oliveira

**DOI 10.22533/at.ed.3012125036**

### **CAPÍTULO 7..... 64**

#### CONJUNTURAS E CONTEXTOS COMO PRODUTORES DE CURRÍCULO NO ENSINO SUPERIOR

Rosimar Serena Siqueira Esquinsani

Sidinei Cruz Sobrinho

**DOI 10.22533/at.ed.3012125037**

**CAPÍTULO 8..... 71**

**HUMANIZAÇÃO NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO: PROTAGONISMO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA**

Isadora Oliveira Gondim

**DOI 10.22533/at.ed.3012125038**

**CAPÍTULO 9..... 80**

**UMA REVISÃO SISTEMÁTICA EM PERIÓDICOS BRASILEIROS SOBRE O MENOR INFRATOR**

Ana Beatriz Falsarella de Souza

Priscilla Perla Tartarotti Von Zuben Campos

**DOI 10.22533/at.ed.3012125039**

**CAPÍTULO 10..... 90**

**ENSINO REMOTO EMERGENCIAL: A REFORMULAÇÃO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E SEU IMPACTO NOS DOCENTES EM ATUAÇÃO NA REDE PRIVADA DO RECIFE**

Gabriela Lins Falcão

Winny Neto do Nascimento

**DOI 10.22533/at.ed.30121250310**

**CAPÍTULO 11..... 102**

**ABORDAGEM DAS CIÊNCIAS DA NATUREZA EM WEBINÁRIOS DE ORIENTAÇÃO E ENFRENTAMENTO A PANDEMIA POR COVID-19**

Milton de Sousa Falcão

Glaziane Soares Alvarenga

Francisca das Chagas Oliveira

Emmanuel Sousa Elizeu Osório

**DOI 10.22533/at.ed.30121250311**

**CAPÍTULO 12..... 111**

**ENSINO DE BIOLOGIA PARA SURDOS: ELABORAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO NUMA PERSPECTIVA DE INCLUSÃO ESCOLAR**

Glauber Carvalho da Silva

Anna Isabel Nassar Bautista

Lucimar Bizio

**DOI 10.22533/at.ed.30121250312**

**CAPÍTULO 13..... 121**

**FORMAÇÃO DE PEDAGOGOS: O ENCONTRO ENTRE TEORIA E PRÁTICA NOS FAZERES DISCENTES EM UM PROJETO EXTENSIONISTA**

Lilian Rosária Gonçalves de Freitas

**DOI 10.22533/at.ed.30121250313**

<b>CAPÍTULO 14.....</b>	<b>130</b>
EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE E SUAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	
Núbia Macedo Sbarzi Guedes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.30121250314</b>	
<b>CAPÍTULO 15.....</b>	<b>134</b>
O ENSINO RELIGIOSO E SUA RELAÇÃO ENTRE OS DIREITOS HUMANOS E A DIVERVIDADE RELIGIOSA	
Ângela Ninfa Mendes de Andrade Cabral	
José Bartolomeu dos Santos Júnior	
Lusival Antonio Barcellos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.30121250315</b>	
<b>CAPÍTULO 16.....</b>	<b>150</b>
O ENSINO REMOTO DE SUPORTE EMERGENCIAL À VIDA: DIFICULDADES E FACILIDADES ENCONTRADAS POR PROFESSORES E ALUNOS DAS ETECS	
Ana Cecília Cardoso Firmo	
Bruno Leandro Cortez de Souza	
Joyce Maria da Sylva Tavares Bartelega	
<b>DOI 10.22533/at.ed.30121250316</b>	
<b>CAPÍTULO 17.....</b>	<b>160</b>
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: ESTARIAM OS PROFESSORES PARTICIPANDO DA SUA ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO?	
Adriana Correia da Luz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.30121250317</b>	
<b>CAPÍTULO 18.....</b>	<b>171</b>
ADOLESCÊNCIA, DIVERSIDADE E INCLUSÃO: PELA TRANSVERSALIDADE EDUCACIONAL NA CONSTRUÇÃO DO SUJEITO	
Luzia Cristina Nogueira de Araújo	
Katia Cristian Puente Muniz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.30121250318</b>	
<b>CAPÍTULO 19.....</b>	<b>178</b>
O JOGO PODE SE TRANSFORMAR EM DANÇA: UMA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA INCLUSIVA NA ESCOLA PÚBLICA	
Andreia Silva de Melo	
Marcílio de Souza Vieira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.30121250319</b>	
<b>CAPÍTULO 20.....</b>	<b>190</b>
MÉTODO FONOVISUOARTICULATÓRIO COMO UMA ABORDAGEM PARA ALFABETIZAR A CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO – NÃO VERBAL	
Mara Gitti	
Talita Gitti	
<b>DOI 10.22533/at.ed.30121250320</b>	

<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>196</b>
KAHOOT E PEER INTRUCTION EM ESCOLA PÚBLICA DURANTE A QUARENTENA	
Fabio Marques de Oliveira Neto	
Waleska Barroso dos Santos Kramer Marques	
<b>DOI 10.22533/at.ed.30121250321</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>204</b>
PROJETO ESPORTE CIDADÃO DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA-SP: EXPERIÊNCIAS, SIGNIFICADOS E CONCEITOS PARA SEUS FREQUENTADORES	
Luiz Guilherme Bergamo	
Cinthia Lopes da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.30121250322</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>214</b>
AMBIENTALIZAÇÃO EM ESPAÇOS FORMAIS DE APRENDIZAGEM – POSSIBILIDADES PARA UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EFICAZ	
Edicarlo Ferreira	
Rita de Cássia Frenedo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.30121250323</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>226</b>
A PERCEPÇÃO DOS DOCENTES DO ENSINO TÉCNICO FRENTE À SUA FORMAÇÃO CONTINUADA EM TECNOLOGIA ASSISTIVA E A AGENDA 2030	
Andrea Ribeiro Ramos	
Roberto Kanaane	
<b>DOI 10.22533/at.ed.30121250324</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>236</b>
A ESCOLARIZAÇÃO DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	
Zenilda Nicácio da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.30121250325</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>241</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>242</b>



## CONJUNTURAS E CONTEXTOS COMO PRODUTORES DE CURRÍCULO NO ENSINO SUPERIOR

*Data de aceite: 22/03/2021*

### **Rosimar Serena Siqueira Esquinsani**

Universidade de Passo Fundo (UPF)  
Passo Fundo / Rio Grande do Sul  
<https://orcid.org/0000-0002-6918-2899>

### **Sidinei Cruz Sobrinho**

Universidade de Passo Fundo (UPF)  
Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSUL)  
Passo Fundo / Rio Grande do Sul  
<https://orcid.org/0000-0002-8826-5745>

**RESUMO:** O texto infere que conjunturas econômicas e sociais, bem como o contexto dos sistemas de ensino, são variáveis que influenciam diretamente na materialização de currículos no ensino superior. Para comprovar tal inferência, problematiza aspectos conjunturais e estruturais deste nível de ensino, cotejados por legislações e pesquisa bibliográfica. Utiliza metodologia analítico-reconstrutiva, com descrição, categorização, exame e reconstrução de argumentos. Conclui que marcas conjunturais e contextuais tem o condão de alterar – por vezes acima de questões pedagógicas – os currículos do ensino superior.

**PALAVRAS-CHAVE:** Currículo. ensino superior. políticas educacionais.

### CONJUNCTURES AND CONTEXTS AS PRODUCERS OF CURRICULUM IN HIGHER EDUCATION

**ABSTRACT:** The text infers that economic and social circumstances, as well as the context of

education systems, are variables that directly influence the materialization of curricula in higher education. To prove this inference, it questions the conjunctural and structural aspects of this level of education, compared with legislation and bibliographic research. It uses analytical-reconstructive methodology, with description, categorization, examination and reconstruction of arguments. It concludes that conjunctural and contextual marks have the ability to change - sometimes above pedagogical issues - the curricula of higher education.

**KEYWORDS:** Curriculum. University education. educational policies.

## 1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo reflete e socializa aspectos de um estudo empírico e bibliográfico acerca das maneiras como conjunturas e contextos sociais, econômicos, políticos e educacionais nos quais são elaboradas políticas públicas para a educação, restam por produzir materialmente o currículo no Ensino Superior. Sustenta como objetivo descrever minimamente como a influência conjuntural – que se delinea nos próprios textos legais -, condiciona a organização curricular do Ensino Superior aos interesses imediatos e históricos de cada contexto.

Parte, pois, do conceito de conjuntura e da pertinência do exame síncrono de cenários sociais, políticos, econômicos e educacionais, visto que...

a conjuntura é um momento de um processo político mais longo, balizado por certos parâmetros políticos (e econômicos, sociais, culturais, ideológicos etc) estruturados, no qual determinados atores, portadores de recursos e estratégias, confrontam-se conflitivamente em torno de arenas e agendas específicas, com vistas à obtenção de certos resultados (RODRIGUES, 1999, p. 104)

Já o contexto enquanto conceito, tem uma forte ligação com o campo da linguística, mas como objeto operacional de análise está emparelhado a um conjunto de circunstâncias modulares específicas que definem um fato ou situação. Assim, em uma conjuntura histórica subjazem contextos específicos que definem situações dentro dessa conjuntura.

Para dar sustentação a premissa, utiliza-se uma metodologia analítico-reconstrutiva, com descrição, categorização, exame e reconstrução de argumentos oriundos tanto de textos legais (pesquisa documental), quanto de subsídios bibliográficos (pesquisa bibliográfica). Desse modo, a conclusão abonará a hipótese principal de estudo, segundo a qual a produção do currículo no ensino superior, muitas vezes, é marcada mais pela influência externa da intencionalidade econômica, social e cultural da política materializada na legislação, do que sob o caráter pedagógico propriamente dito.

## 2 | DESENVOLVIMENTO

Conjunturas econômicas, sociais e políticas, bem como o contexto organizacional e situacional dos sistemas de ensino, influenciam diretamente na produção de políticas públicas e, portanto, na materialização de currículos na graduação. Tal ponto é a premissa central do texto em tela, sustentada pela condição histórica de produção humana de vida das sociedades e, portanto, da produção de suas leis e formas de ensinar.

Tempos instáveis, por exemplo, influenciam a retração ou mesmo o fechamento de determinados cursos; diminuição do tempo de conclusão e aligeiramento da certificação; dinâmicas curriculares diferenciadas, com flexibilizações e mesmo exclusão de disciplinas. Conjunturas políticas alteradas podem influenciar na exclusão de disciplinas como ocorreu, por exemplo, com a exclusão de Estudo de Problemas Brasileiros, disciplina circunscrita ao Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969 e que foi, com a mudança de conjuntura, excluída dos currículos da graduação. De igual forma, alterações sociais e econômicas consideráveis também alteram currículos, como o vivenciado em 2020, com a ampla utilização de inovações, aportes e tecnologias até então pouco usuais em instituições presenciais (como a opção pela semi-presencialidade e a intensificação do uso de EAD).

Por seu turno, no que concerne ao contexto dos sistemas de ensino, é importante lembrar que o Ensino Superior é um dos níveis da educação escolar brasileira (Artigo 21 da LDB), com a responsabilidade direta sobre sua regulamentação a cargo da União (artigo 9º da mesma LDB 9.394/1996). Assim, as arenas de debate acerca dos currículos do Ensino Superior, à despeito das especificidades locais, tem um ponto de convergência legítimo: a

União como reguladora.

Nesse aspecto novamente entram em cena as conjunturas, sobretudo as tendências mais alargadas do mundo do trabalho e da incorporação do egresso a este mundo. Aqui habitam dois campos de legitimada disputa: as políticas de estado e as políticas de governo (TEDESCO, 2005), essas últimas de caráter plurigestional. Ambas restam por moldar os currículos na graduação, seja por ditar tendências de adaptação ao mundo do trabalho (como no caso das políticas de governo), seja por representarem diretrizes previstas em mecanismos jurídico-normativos (no caso de políticas de estado).

De tal modo, "... o traço mais característico de uma política pública diz respeito ao debate e a disputa sobre a organização da sociedade, pelo que se traduz sua dimensão teleológico-normativa" (GOMES, 2011, p. 22). Disto resulta, que toda política pública voltada ao Ensino Superior incidirá sobre os discursos produzidos acerca do referido nível de ensino, bem como sobre as práticas sociais desenvolvidas em tal espaço, como os currículos da graduação.

E as Instituições de Ensino Superior são diretamente afetadas por documentos jurídicos, especialmente os que decorrem de legislações reguladoras (macro ou gerais), como a própria Constituição Federal (e qualquer alteração referenciada), a LDB 9.394/1996 e o Plano Nacional de Educação, Lei 13.005/2014.

A LDB, exemplarmente, distribui incumbências em relação aos níveis da educação escolar no Brasil, sendo que art. 9º A União incumbir-se-á de:

[...]

VII - baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;

VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino (BRASIL, 1996).

Portanto, as políticas de estado via determinações do MEC ou resoluções do Conselho Nacional de Educação, tem interferência direta e legítima nos currículos. Assim, a medida em que o Conselho Nacional de Educação vai regulamentando as Diretrizes curriculares para os cursos de graduação, segue-se a parametrização de referenciais para os currículos do ensino superior.

Outro exemplo da mesma lógica de regulamentação da União, é a Lei nº 10.861 de 2004, que instituiu o SINAES Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, delimitando a forma de controle e regulação da Educação Superior pelo poder público. O SINAES representa um sistema integrador, que garante informações e análises da totalidade da educação superior. O SINAES permite, assim, que políticas educativas sejam

instaladas tanto em nível nacional pelos órgãos pertinentes quanto em âmbito institucional, articuladas pelas IES.

Distinto exemplo, porém mais atual, trata-se da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, prevendo a curricularização da extensão, regulamentando em tempo a estratégia 12.7 do Plano Nacional de Educação - PNE (política de Estado). Especificamente Meta 12 do PNE registra a intenção de:

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público (BRASIL, 2014)

Para tanto, uma das táticas que concorrerão para que se atinja tal meta é a estratégia 12.7. que indica: “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (BRASIL, 2014). Ou seja: conjuntamente para elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior tenta-se modificar o currículo e torna-lo mais compatível com o contexto vivencial do egresso e, para tanto, um dos movimentos é a curricularização da extensão.

Dentro da mesma meta, registra-se exemplarmente a estratégia 12.8. que indica a ampliação da “oferta de estágio como parte da formação na educação superior” (BRASIL, 2014), evidenciando a cogente alteração curricular para incorporar tal ampliação, assim como a estratégia 12.11. que indica a necessidade de “fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do País” (BRASIL, 2014).

Desta feita, percebe-se com alguma clareza que as estratégias afetas a Meta 12 do PNE – enquanto política de Estado -, evidenciam alterações curriculares que não estavam presentes antes da referida Lei, ou seja, alterações que talvez só aconteçam por força legal (e, no caso em tela, conjuntural).

Também um outro exemplo do contexto como indutor de políticas de currículo para o Ensino Superior vem da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Forçosamente, tal política ocupa o lugar de outra que recém estava ganhando contornos viáveis, a coincidentemente também Resolução no. 2, de 1º de julho de 2015, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

Percebe-se aqui que se abdica de uma Resolução ainda em fase de implementação para, conjunturalmente, abraçar outra Resolução que, contextualmente, alinha-se a Base Nacional Comum Curricular enquanto política de Estado, ou seja, a conjuntura exprimindo o que se espera dos currículos e colocando-os, a partir das legislações, emparelhados a essa expectativa.

Nesse aspecto as legislações tem um papel de materialização das políticas educacionais, tornando-as ajustáveis e, de igual maneira, ajustando contextos, como bem pontua Cury quando chama atenção que “a legislação, então, é uma forma de apropriar-se da realidade política por meio das regras declaradas, tornadas públicas, que regem a convivência social de modo a suscitar o sentimento e a ação da cidadania” (CURY, 2002, p.15)

Assim, toda política pública no campo da educação, quando direcionada ao ensino superior, resta por evidenciar, em maior ou menor grau “[...] mudanças nos currículos, nas metodologias de ensino, nos conceitos e práticas de formação, na gestão, nas estruturas de poder, nos modelos institucionais, nas configurações do sistema educativo, nas políticas e prioridades da pesquisa, nas noções de pertinência e responsabilidade social” (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 195).

Exemplo concreto e atual da influência do contexto econômico, diretamente sobre a criação de políticas educacionais que irão influenciar na organização curricular, na gestão, na pesquisa e extensão do Ensino Superior, nesse caso, principalmente das IES públicas, é o projeto “Future-se”, lançado pelo MEC em julho de 2019. De acordo com esse projeto, em linhas gerais, percebe-se, claramente, a abertura da gestão pública do ensino superior para a iniciativa privada uma vez que a gestão da IES que aderir ao projeto se dará quase que exclusivamente por Organização Social (OS). Além disso, a proposta está pautada, em grande medida, na égide da financeirização da educação sob o eixo da gestão, governança e empreendedorismo. Assim, através do discurso de proporcionar maior autonomia financeira aos Institutos e Universidades Federais, a política em curso direciona, principalmente os projetos de pesquisa, inovação e internacionalização, aos possíveis interesses de um mercado investidor. A influência na produção do currículo fica, nesse caso, ainda mais clara quando se constata, explicitamente no “Future-se”, a proposta de “facilitar o acesso e a promoção de disciplinas em plataformas online.” (MEC, 2019. Online).

Ao que é possível inferir, o programa de governo vem ao encontro, novamente e ratificando a premissa do presente texto, da conjuntura ampla pois, de acordo com Stephen Ball:

Trata-se de um novo senso comum global para a educação e para o que significa ser um destinatário de educação, ser um professor, ser um destinatário de empreendedorismo. O setor público é o objeto de uma reforma e substituição exógena e o sujeito de uma reforma e reimaginação endógena.

E juntamente com tudo isso uma parte maior do Estado é mercantilizada enquanto as políticas privatizadas e o conhecimento delas se tornam novas oportunidades de lucro (BALL, 2010, p. 496).

Ainda, nas palavras de Ball, “a performatividade opera melhor quando conseguimos querer para nós mesmos aquilo que querem de nós” (BALL, 2010 p. 487), ou seja, o currículo do ‘empreendedorismo’, antes de produzir necessariamente empreendedores, tende a produzi performances competitivas e pouco colaborativas, direcionadas mais ao ‘mercado’ do que ao mundo do trabalho.

O grande desafio, ao que parece, consiste em debater acerca das conjunturas e contextos como indutores de currículos no Ensino Superior, ampliando opiniões e percepções e, ocasionalmente, evocando a construção de estratégias que possibilitem a retomada do protagonismo da dimensão pedagógica e da formação integral para além da formação direcionada apenas aos interesses econômicos conforme a maleabilidade desse contexto.

Sem um debate ampliado sobre as conjunturas e contextos coetâneos, a educação enquanto direito social, poderá afastar-se cada vez mais dessa dimensão uma vez que os currículos passam a ser organizados senão apenas, mas com maior ênfase, de acordo com os processos conjunturais das políticas públicas educacionais que se emparelham ao discurso econômico vigente e, cada vez menos, à formação que visa o pleno desenvolvimento da pessoa humana, o exercício para a cidadania e a preparação para o trabalho, como preconiza da Magna Carta (BRASIL, 1988, Art. 205).

### 3 | CONCLUSÕES

O texto partiu da premissa que conjunturas econômicas, sociais e políticas, bem como o contexto organizacional e situacional dos sistemas de ensino, influenciam diretamente na produção de políticas públicas e, portanto, na materialização de currículos na graduação, considerando a condição histórica de produção humana de vida das sociedades e, portanto, da produção de suas leis e formas de ensinar.

Para sustentar argumentos em torno da premissa, o texto foi escrito a partir de uma breve pesquisa documental (legislações) e uma articulação com algumas referências bibliográficas, no escopo e nos limites do texto. Em razão das escolhas procedimentais, o texto foi ainda pautado por uma metodológica analítico-reconstrutiva. A partir de tais procedimentos, conclui pela evidência de que marcas conjunturais e contextuais tem o condão de alterar – por vezes acima de questões pedagógicas – os currículos do ensino superior.

Como ponto para futuras discussões, o texto indica a necessária ampliação do debate para que, em um coletivo ampliado, se tenha a consciência da presença de conjunturas e contextos na produção de currículos – em algumas vezes secundarizando essências ou debates pedagógicos -, para que possam ser ampliados pontos de vista sobre o assunto e

uma deliberada proposição de análises e posicionamento diante de conjunturas e contextos políticos, sociais, econômicos e, especificamente, educacionais.

## REFERÊNCIAS

BALL, Stephen. Vozes/redes políticas e um currículo neoliberal global. **Espaço do currículo**, v.3, n.1, p. 485- 498, mar./set. 2010.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)> Acesso em: 02 de setembro de 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei 9.394**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Casa Civil, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 10 ago. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm). Acesso em: 10 ago. 2019.

BRASIL. **Future-se**. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=78351>. Acesso em 01 de setembro de 2019.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Legislação educacional brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009)**: do Provão ao SINAES. Avaliação (Campinas), RAIES, v.15, p. 195-224, 2010.

GOMES, A. M. **Políticas públicas, discurso e educação**. In. Políticas pública e gestão da educação. Mercado das Letras, Campinas, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP n° 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília/DF, 2019.

RODRIGUES, Alberto Tosi. Democracia e mobilização social: participação autônoma e instituições políticas na transição brasileira. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n. 12, p. 99-119, Jun. 1999.

TEDESCO, Juan Carlos. Tendências atuais das reformas educacionais. In: DELORS, Jacques. **A educação para o século XXI**: questões e perspectivas. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 59-65.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acessibilidade 71, 72, 75, 76, 78, 79, 104, 111, 112, 120, 190, 191

Acesso 8, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 24, 26, 27, 50, 53, 68, 70, 72, 75, 76, 77, 78, 79, 83, 91, 92, 100, 101, 103, 107, 109, 111, 112, 113, 118, 119, 120, 122, 128, 144, 147, 148, 151, 152, 161, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 177, 188, 189, 194, 195, 202, 203, 213, 219, 223, 224, 233, 234, 238

Adolescência 140, 171, 172, 176

Alfabetismo 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26

Alfabetização 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 121, 123, 124, 126, 127, 190, 191, 192, 193, 194, 223, 241

Ambientalização 214, 215, 216, 220, 221, 223, 224, 225

Atenção primária à saúde 132

Atividade remota 41

Atividades de lazer 204, 209

Autobiografia 28, 31, 33, 34

### B

Biologia 35, 36, 102, 107, 108, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 158, 222

BNCC 102, 103, 105, 109, 136, 142, 143, 148, 176, 177, 184, 224

### C

Ciências da natureza 102, 105, 109

Competências 18, 23, 32, 36, 42, 44, 51, 56, 58, 59, 60, 62, 88, 96, 100, 101, 102, 105, 106, 107, 123, 126, 158, 192, 193, 194, 230, 232

Covid-19 90, 91, 99, 102, 103, 105, 107, 109, 110, 118, 124, 127, 132, 150, 151, 159, 196, 197, 219

Cultura 4, 5, 7, 9, 13, 28, 35, 39, 52, 54, 56, 62, 63, 87, 113, 119, 136, 139, 143, 147, 148, 172, 175, 176, 181, 182, 188, 189, 204, 205, 206, 207, 213, 216, 232, 233, 241

Currículo 19, 51, 52, 54, 55, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 76, 77, 78, 94, 105, 143, 163, 164, 165, 184, 215, 216, 218, 221

### D

Deficiências 71, 75, 77, 182, 185, 186, 227, 234

Delinquência juvenil 80, 89

Diálogo 31, 34, 35, 41, 52, 54, 56, 72, 123, 130, 132, 133, 134, 140, 146, 147, 148, 149,



164, 165, 176, 179, 186, 206, 237

Docência 50, 94, 121, 126, 223, 241

## E

Educação 1, 2, 3, 5, 6, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 33, 34, 35, 36, 40, 42, 43, 50, 51, 52, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 75, 76, 77, 78, 85, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 110, 111, 112, 113, 118, 119, 120, 122, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 140, 141, 142, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 169, 170, 171, 172, 175, 176, 177, 178, 179, 183, 184, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 202, 203, 204, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 230, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241

Educação em direitos humanos 134, 135, 136, 145, 147, 148

Educação inclusiva 78, 113, 119, 178, 179, 184, 192, 194, 195, 227, 233

Educação popular em saúde 130

Educação profissional 226, 230, 234

Educação pública 3, 15, 16, 18, 20, 21, 24, 25

EJA 21, 51, 52, 55, 57, 60, 62, 63

Ensino 10, 11, 12, 13, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 35, 38, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 57, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 75, 76, 77, 79, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 157, 158, 159, 160, 164, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 202, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 228, 229, 231, 232, 233, 236, 237, 238, 239, 241

Ensino da dança 178, 179, 187

Ensino híbrido 102, 109, 197

Ensino médio 43, 47, 49, 77, 90, 91, 92, 94, 100, 102, 105, 107, 108, 109, 111, 113, 115, 118, 120, 150

Ensino religioso 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149

Ensino remoto emergencial 90, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 109, 110, 150, 152, 153, 157, 158, 159

Ensino superior 10, 11, 12, 13, 38, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 75, 76, 77, 79, 121, 123, 130, 216, 241

Equidade 10, 15, 20, 24, 25, 91, 215

Escola 8, 15, 16, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 43, 44, 47, 49, 54, 56, 59, 60, 62, 63, 84, 85, 93, 94, 105, 113, 118, 121, 122, 124, 125, 135, 138, 143, 145, 149, 159, 160, 161, 162,

163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 196, 197, 199, 209, 210, 217, 218, 219, 221, 222, 223, 229, 230, 232, 234, 236, 237, 238, 239, 240

Espaço formal 132, 214, 220, 222

Estado laico 134, 135, 138, 141, 143

Extensão 35, 67, 68, 121, 123, 126, 131, 190, 216, 219, 222, 223, 225, 241

## **F**

Formação continuada 20, 28, 29, 33, 34, 62, 67, 218, 226, 228, 230, 232, 233, 239

Formação docente 41, 43, 45, 46, 51, 55, 159, 216

## **I**

Ideologia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 24

Igualdade 10, 20, 23, 56, 134, 135, 141, 143, 145, 147, 169, 227, 238, 239

Inclusão 10, 11, 12, 13, 14, 20, 26, 54, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 83, 111, 112, 113, 119, 120, 141, 143, 145, 146, 147, 171, 172, 173, 174, 175, 178, 179, 182, 183, 184, 186, 188, 190, 227, 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238

## **K**

Kahoot 196, 198, 199, 201, 202

## **L**

Língua Inglesa 196

## **M**

Menor-infrator 80

Método fonovisuoarticulatório 190, 191, 192, 193, 194

## **P**

Pandemia 41, 42, 43, 46, 49, 50, 90, 91, 96, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 109, 110, 118, 124, 127, 128, 132, 150, 151, 158, 159, 160, 161, 162, 165, 166, 168, 169, 196, 219, 223

Participação 22, 41, 46, 47, 48, 49, 54, 55, 70, 72, 75, 94, 97, 102, 104, 109, 132, 141, 142, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 187, 198, 202, 209, 213, 217, 221, 224, 226, 228, 229, 232, 238

Pedagogia 26, 34, 55, 61, 62, 86, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 133, 146, 148, 202, 219

Peer instruction 196, 198, 200, 201, 202

Pesquisa 1, 2, 10, 11, 13, 15, 16, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 42, 43, 50, 55, 57, 64, 65, 67, 68, 69, 74, 75, 81, 82, 83, 87, 89, 98, 104, 105, 109, 121, 125, 126, 128, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 148, 154, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 166, 168, 169, 170, 171, 178, 182,

183, 184, 186, 189, 190, 191, 193, 196, 199, 204, 205, 206, 207, 209, 211, 212, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 223, 224, 225, 226, 228, 230, 231, 233, 234, 235, 236, 237, 239, 240, 241

Pesquisa narrativa 28, 29, 30, 31, 32, 34

Política 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 19, 24, 25, 26, 39, 58, 62, 65, 66, 67, 68, 70, 78, 112, 113, 143, 144, 145, 164, 177, 191, 194, 204, 205, 212, 215, 238

Política pública 66, 68, 204, 205

Políticas educacionais 15, 16, 18, 23, 25, 64, 68, 136, 141, 215

Prática pedagógica 41, 43, 44, 45, 46, 99, 100, 126, 239

Práticas educativas em saúde 130, 132

Professores 21, 37, 41, 42, 45, 47, 48, 49, 50, 67, 70, 90, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 103, 104, 109, 110, 113, 118, 121, 123, 124, 125, 127, 128, 130, 132, 133, 139, 140, 141, 142, 150, 151, 152, 153, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 165, 166, 168, 169, 170, 176, 179, 187, 197, 205, 206, 209, 216, 218, 219, 221, 222, 224, 229, 231, 234, 235, 241

Profissão docente 42, 43, 90

Projeto político-pedagógico 160, 161, 163, 164, 170

## **S**

Saberes 24, 32, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 90, 95, 100, 101, 123, 128, 148, 149, 174, 176, 180, 181, 183, 185, 186, 187, 188, 228, 234, 239

Segurança do trabalho 150, 153, 154, 156

Sistema socioeducativo 80

Suporte emergencial à vida 150, 156

Surdez 113, 119, 178, 182

Surdos 111, 112, 113, 114, 117, 118, 119, 120, 171, 172, 173, 174, 176, 179, 180, 181, 183, 184, 188, 189

## **T**

Tecnologia assistiva 12, 226, 228, 229, 230, 231, 232, 233

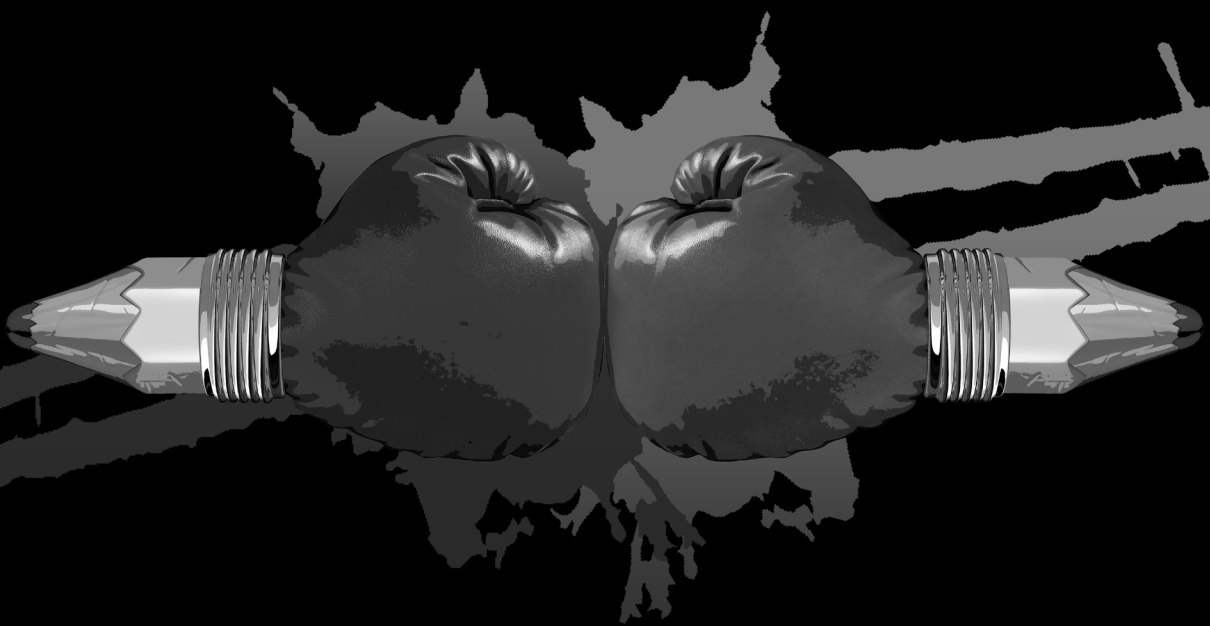
Tolerância religiosa 134, 135, 143, 146

Transtorno do espectro do autismo (TEA) 190, 191

## **W**

Webinários 102, 104, 105, 107, 108, 109

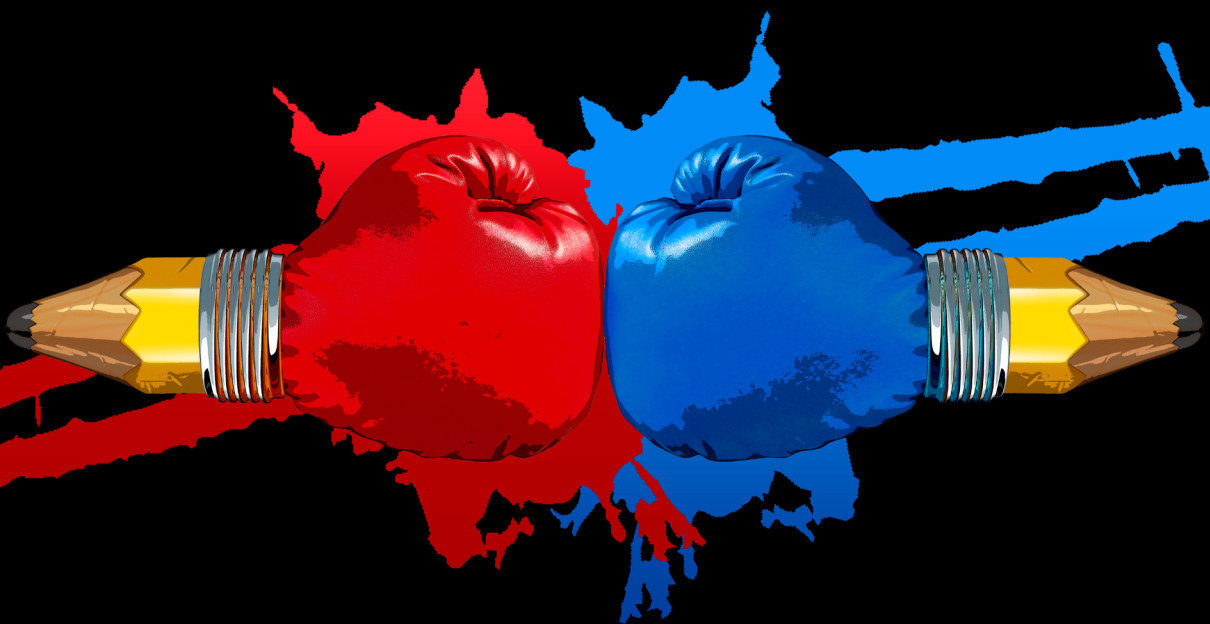
# O CAMPO TEÓRICO-METODOLÓGICO- EPISTEMOLÓGICO DA EDUCAÇÃO NO FOMENTO DA QUESTÃO POLÍTICA DA ATUALIDADE 3



- 🌐 [www.arenaeditora.com.br](http://www.arenaeditora.com.br)
- ✉ [contato@arenaeditora.com.br](mailto:contato@arenaeditora.com.br)
- 📷 [@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)
- 📘 [www.facebook.com/arenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/arenaeditora.com.br)

**Atena**  
Editora  
Ano 2021

# O CAMPO TEÓRICO-METODOLÓGICO- EPISTEMOLÓGICO DA EDUCAÇÃO NO FOMENTO DA QUESTÃO POLÍTICA DA ATUALIDADE 3



- 🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
- ✉ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
- 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
- 📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

**Atena**  
Editora  
Ano 2021